

18 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Audiência de custódia é indispensável para a Justiça brasileira, afirma Dias Toffoli

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afirmou que as audiências de custódia se tornaram indispensáveis para a justiça brasileira. O ministro deu a declaração durante o evento Altos Estudos em Audiência de Custódia, realizado nesta quinta-feira (13) no Supremo Tribunal Federal (STF) com a participação de magistrados, acadêmicos e profissionais que atuam no campo penal. O evento é uma realização do programa Justiça Presente, iniciativa do CNJ em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e agências das Nações Unidas para enfrentar a crise penal no país. O que antes era uma inovação, um desafio, tornou-se um instituto absolutamente indispensável para a justiça brasileira. Hoje é impossível pensar o Poder Judiciário sem a audiência de custódia”, disse o ministro. “Nessa perspectiva é importante, para não deixar dúvidas, o compromisso não apenas com a continuidade, mas com a consolidação e qualificação das audiências de custódia no sistema de justiça brasileiro”, completou.

Dias Toffoli destacou a inovação promovida pelo STF em 2015 ao reconhecer

o sistema prisional brasileiro como estado de coisas inconstitucional (ADPF 347), dando sentido jurídico às violações que já eram de conhecimento público. “Esse reconhecimento traz consequências práticas importantíssimas. Uma delas é a obrigação inerente a todas as autoridades envolvidas com o sistema prisional e com a justiça criminal, de adotar todas medidas necessárias para fazer cessar essa inconstitucionalidade, por mais difíceis e complexas sejam essas medidas”, pontuou.

O ministro apresentou as inovações fomentadas pelo programa Justiça Presente ao instituto lançado em 2015. Entre essas inovações, estão o apoio a tribunais com envio de 27 consultores a todas as unidades da federação para fortalecimento de redes de atendimento àqueles que passaram pelas audiências de custódia, a identificação de boas práticas em combate à tortura, a diversificação do ferramental técnico-jurídico de apoio aos juízes e a identificação de boas práticas e experiências internacionais.

18 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Adulteração no medidor de energia caracteriza crime de estelionato

A conduta de alterar o medidor de energia para que não marque corretamente o consumo caracteriza o crime de estelionato, concluiu a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O colegiado rejeitou um recurso em que a defesa dos réus sustentava a atipicidade da conduta ao argumento de que esse crime exigiria a indução de uma pessoa a erro, conforme descrito no artigo 171 do Código Penal – o que não teria ocorrido no caso.

De acordo com o Ministério Público do Distrito Federal (MPDF), duas pessoas alteraram o medidor de energia de um hotel, colocando uma espécie de gel no equipamento para que ele marcasse menos do que o consumo verdadeiro de energia. O MPDF denunciou ambos pelo crime de estelionato.

Os réus foram condenados e tiveram a pena de reclusão substituída por penas restritivas de direitos. Ao manter a condenação, o TJDF destacou que a conduta tinha “elementos típicos” do estelionato, justificando a aplicação do artigo 171 do CP.

Educar para inibir a violência

Garantir o direito à educação é uma estratégia eficaz para a proteção da vida e para a prevenção da violência. Essa verdade, que já é inquestionável por si só, foi evidenciada por um conjunto de estudos promovidos e apoiados pela Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), vinculada à Organização das Nações Unidas. Com base em tais pesquisas, a entidade aposta no acesso à escola como um mecanismo fundamental para reverter a tendência atual que, segundo ela, pode levar à morte de quase 2 milhões de crianças e adolescentes no mundo até 2030. Para evitar esse futuro tenebroso, é urgente o investimento na educação das pessoas.

Aliás, os principais problemas brasileiros não existiriam se a educação das pessoas fosse melhor. Essa verdade deve ser divulgada, amplificada e defendida por todos para que a vida no país seja melhor. Infelizmente, porém, a educação do cidadão já começa sendo ruim dentro de sua própria casa, onde problemas diversos colocam em risco a formação do indivíduo. Por tudo isso, acaba sobrando para a escola a função que deveria ter sido iniciada pela família. E quando os professores não conseguem ensinar, o caos se instala na sociedade, provocando todos os tipos de males sociais. É contra todo esse processo que o Brasil e todos os países precisam lutar.

Investir em educação é eficaz para redução de homicídios, diz Unicef

Um conjunto de estudos promovidos e apoiados pela Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), vinculada à Organização das Nações Unidas, apontam evidências de que garantir o direito à educação é uma estratégia eficaz para a proteção da vida e para a prevenção da violência. Com base em tais pesquisas, a entidade aposta no acesso à escola como um mecanismo fundamental para reverter a tendência atual que, segundo ela, pode levar à morte de quase 2 milhões de crianças e adolescentes no mundo até 2030.

Os estudos estão em debate no seminário “Educação é Proteção contra a Violência”, que começou ontem e está reunindo especialistas, autoridades, sociedade civil e lideranças adolescentes no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. O evento é organizado pela Unicef em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, uma organização da sociedade civil

de interesse público, que se dedica a promover perspectiva integral da educação.

As pesquisas revelam ainda que, na maior parte das vezes, o jovem vítima de homicídio está fora da escola ou em vias de abandoná-la. “Estar na escola é um fator de proteção”, avalia Florence Bauer, representante do Unicef no Brasil. No Ceará, por exemplo, um levantamento feito em Fortaleza e em outros seis municípios mostrou que 70% dos meninos e meninas assassinados haviam largado a escola há, pelo menos, seis meses.

Aos participantes do seminário, foi distribuída a publicação Educação que protege contra a violência, na qual o Unicef concentra os principais dados em torno do assunto. O documento traz, por exemplo, um levantamento de 2015 segundo o qual a América Latina responde por quase a metade de todos os homicídios ocorridos no mundo envolvendo adolescentes de 10 a 19 anos.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

TRÊS
AUM

18 JUN 2019

O ministro Sergio Moro, da Justiça, deve enfrentar ambiente hostil na audiência da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, na quarta (19). Dos 54 parlamentares que a integram, 23 devem bater duro no ex-juiz. E 8 estariam dispostos a defendê-lo de forma enfática.

CAL O escândalo das mensagens apenas aprofundou, segundo senadores, uma resistência a Moro que já estava consolidada no Senado.

CAL2 "Se Jair Bolsonaro indicar o nome de Moro para ser ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), assistiremos a algo inédito: a rejeição, no Senado, de um candidato do presidente à corte", diz o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que sempre foi um apoiador da Lava Jato.

SOU FÃ Depois de gravar entrevista com o apresentador Ratinho, do SBT, Moro almoçou com Íris Abravanel, mulher de Silvio Santos, na segunda (17). Ela é fã do ministro.

NO MEIO DE NÓS E Moro foi convidado pelo deputado Marco Feliciano (Pode-SP) para participar da Marcha Para Jesus, na quinta (20), em SP. É o maior evento evangélico do Brasil - em 2018, a marcha reuniu 1,5 milhão de pessoas.

COM DEUS Bolsonaro já confirmou participação na marcha, segundo os organizadores.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL
Cada dia com sua agonia

18 JUN 2019

Diante dos esforços de aliados para blindar Sergio Moro (Justiça) na audiência no Senado na qual ele vai falar do vazamento de conversas com procuradores da Lava Jato, o PT busca estratégia para enfrentar o ministro. Quem acompanha as conversas diz que as assessorias da sigla na Câmara e no Senado estão mobilizadas para encontrar o melhor caminho. A indicação, até agora, é a de que os integrantes da legenda evitem fulanizar a discussão a ponto de transformá-la em um plebiscito sobre Lula.

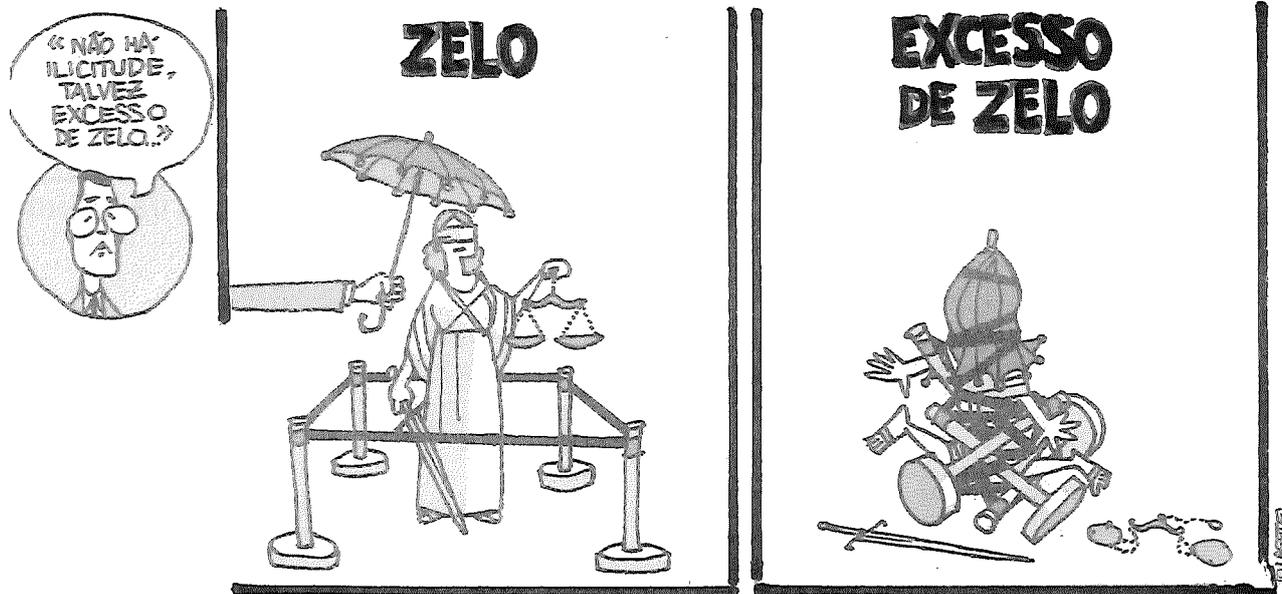
ALHOS E BUGALHOS O entendimento que se impôs é o de que nem todos os senadores que se incomodaram com o teor das conversas reveladas pelo The Intercept Brasil entre Moro e procuradores da Lava Jato são a favor de mudanças no caso que levou Lula à prisão — por isso seria improdutivo partir daí.

OLHA ALÉM A pregação pela libertação do ex-presidente divide até parlamentares do campo progressista. Diante dessa constatação, o partido foi aconselhado a tratar as dúvidas sobre a atuação de Moro a partir de prisma mais amplo.

O QUE CATIVAS Para a assessoria do PT, Moro deve ser apresentado como protagonista de decisões que deram fôlego ao discurso da antipolítica, cujo produto final foi a eleição de Jair Bolsonaro. Nesse cenário, o ingresso do ex-juiz no Ministério da Justiça deve ser explorado.

Cai liminar que barrava leilão da Avianca

A liminar que suspendeu o leilão dos ativos da Avianca no mês passado foi derrubada nesta segunda (17). Com isso, Latam e Gol poderão novamente participar do leilão para a venda em fatias da empresa, que entrou em recuperação judicial em dezembro.



FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Quanta transparência?

SÃO PAULO A transparência é um elemento fundamental no sistema de freios e contrapesos que caracteriza o Estado democrático, mas de quanta transparência estamos falando? Moro e Dallagnol tinham direito ao sigilo em suas conversas?

Cass Sunstein, o prestigiado jurista americano, propõe que se distinga a transparência de entrada (“input”) da de saída (“output”). A primeira diz respeito ao processo pelo qual agentes governamentais tomam uma decisão; a segunda é a própria decisão.

Como regra geral, diz Sunstein, a transparência de saída deve ser assegurada. Se o BC optou por elevar a taxa de juros, por exemplo, essa determinação precisa, até para efetivar-se, ser tornada pública. É só num número muito restrito de ocasiões, em geral envolvendo a segurança nacional, que decisões podem ser mantidas sob sigilo — e mesmo assim por tempo determinado.

A transparência de entrada é mais complicada. Como diz Sunstein, há bons motivos para não expor aos olhos de todos o processo de deliberação interna pelo qual autoridades tomam decisões. Se tudo for sempre para os registros, será menor o nível de abertura e honestidade com o qual servidores debatem questões importantes, com possível prejuízo para a qualidade das escolhas. De resto, uma transparência de entrada forte geraria enormes quantidades de dados sem muita relevância, exceto para alimentar fofocas.

Penso que as considerações de Sunstein fazem sentido, mas não podemos nos esquecer de que elas são uma regra geral, que não pretende dar conta de tudo o que pode acontecer. Por vezes, deliberações internas, que deveriam estar protegidas pelo sigilo, revestem-se de forte interesse público. Cito dois exemplos: a conversa entre Dilma e Lula, na qual ela diz que o nomearia ministro, e a troca de mensagens entre Moro e Dallagnol.

Eu pelo menos não consigo imaginar um bom motivo para defender a divulgação de uma, mas não a da outra.

18 JUN 2019

18 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Com dívidas de R\$ 98,5 bi, Odebrecht pede maior recuperação judicial do país

Grupo, que já chegou a ter 193 mil funcionários, enfrenta crise desde a deflagração da Lava Jato

Raquel Landim
e Julio Wiziack

SÃO PAULO E BRASÍLIA A Odebrecht S.A. protocolou nesta segunda-feira (17), na Justiça de São Paulo, o maior pedido de recuperação judicial da história brasileira. Com dívidas que chegam a R\$ 98,5 bilhões, a solicitação supera a da Oi, que chegou a R\$ 64 bilhões —valores da época.

Compõem o pacote R\$ 51 bilhões em débitos diretamente sujeitos à recuperação judicial e R\$ 14,5 bilhões extraconcursais —que possuem garantias extras, como as ações da Braskem—, além de R\$ 33 bilhões em dívidas com empresas dentro do grupo.

A recuperação envolve 21 empresas do grupo, incluindo a holding ODB e a Kieppe, que congrega a participação da família Odebrecht.

As maiores companhias operacionais —OEC (construção civil), OR (incorporação imobiliária), Enseada (estaleiro), Ocyan (petróleo), Odebrecht Transport (infraestrutura) e Braskem (petroquímica) — não fazem parte do pedido.

Fundado em 1944, o grupo baiano —que chegou a faturar R\$ 132 bilhões e empregar 193 mil pessoas— enfrenta dificuldades desde a Lava Jato.

As investigações da operação revelaram esquema de corrupção em que executivos de empresa pagavam propinas a políticos e funcionários públicos. A crise atingiu o grupo num momento de alto endividamento. Entre 2008 e 2015, a dívida total das empresas da Odebrecht subiu de R\$ 18 bilhões para R\$ 110 bilhões.

“Diante do vencimento de diversas dívidas, da ocorrência de fatos imprevisíveis e dos recentes ataques aos ativos das empresas, a administração da ODB, com autorização do acionista controlador, concluiu que o ajuizamento da recuperação judicial se tornou a medida mais adequada para concluir o processo de reestruturação financeira”, informou a Odebrecht em nota.

Com R\$ 22,8 bilhões a receber, os bancos públicos estão entre os principais credores. O BNDES encabeça a lista, com R\$ 10 bilhões —R\$ 7 bilhões concursais e R\$ 3 bilhões extraconcursais (com garantia de ações da Braskem).

Em seguida vem o Banco do Brasil, com R\$ 7,8 bilhões —R\$ 4,8 bilhões concursais e R\$ 3 bilhões extraconcursais. Depois, Caixa e FI-FGTS, com R\$ 5 bilhões de dívida —sem garantia em ações da Braskem.

Os bancos privados, que emprestaram dinheiro para o grupo mais recentemente, foram mais eficientes e conseguiram colocar todas as suas dívidas como extraconcursais: R\$ 4,4 bilhões do Bradesco, R\$ 3,5 bilhões do Itaú e R\$ 500 milhões do Santander.

Isso os deixa em uma situação mais confortável, embora as ações da Braskem tenham se desvalorizado significativamente depois que a holandesa LyondellBasell desistiu de fatia da Odebrecht na companhia. É provável que os papéis já não cubram mais todas as dívidas que garantem.

Segundo fontes próximas à empresa, a Odebrecht preferia ter feito uma negociação amigável com os bancos, mas estes foram surpreendidos com o pedido de recuperação da Atvos. Viram nessa medida uma maneira de a Odebrecht evitar a renegociação e partir para a recuperação judicial de todo grupo.

Isso porque, caso os bancos executassem dívidas vencidas, acionariam o gatilho das garantias cruzadas, arrastando todo o grupo para a vala da recuperação.

CONTINUA

18 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Foi o que fez a Caixa. Sob a gestão de Pedro Guimarães, executou duas dívidas já vencidas: R\$ 650 milhões no Itaquerao (estádio do Corinthians) e R\$ 250 milhões no centro administrativo Centrad (DF).

No pedido protocolado na Justiça, a Odebrecht argumenta que a Braskem é hoje o carro-chefe dos seus negócios e que a empresa precisa ser protegida para que a recuperação seja bem-sucedida. Por isso, pede, em caráter de urgência, o bloqueio de qualquer execução de ações da Braskem.

Em 2018, a Braskem gerou 79,4% das receitas do grupo Odebrecht e pagou R\$ 5,5 bilhões em dividendos aos acionistas — R\$ 2,1 bilhões para empresas do grupo. A Petrobras também é sócia da empresa.

Outro credor importante são os detentores de bônus no exterior, que chegam a R\$ 12 bilhões. Esses papéis entraram na recuperação judicial porque foram emitidos por uma empresa chamada OSL, que é diretamente ligada à holding ODB. No entanto, como são garantidos pelo braço de construção do grupo, a OEC, haverá uma negociação separada.

Apartir do momento em que o juiz aceitar o pedido, a Odebrecht terá 60 dias, prorrogáveis por mais 30, para propor um plano de recuperação aos credores. A empresa vem sendo assessorada por Eduardo Munhoz, do escritório Munhoz Advogados, e por Ricardo Knopfelmacher, da RK Partners.

Conforme apurou a reportagem, o objetivo é deixar nas empresas operacionais apenas as dívidas que elas têm condição de pagar e colocar todo o demais sob o guarda-chuva das holdings. Essa dívida “extra” seria quitada num prazo longo com a venda de ativos e os dividendos gerados pelas próprias companhias.

A estratégia é arriscada, pois depende da venda de ativos, incluindo a participação na Braskem, e da recuperação da economia brasileira. Desde que foi atingido pela Lava Jato, o grupo fez melhoras de governança e vendeu R\$ 7,2 bilhões em ativos, mas ainda não conseguiu se desfazer de participações importantes, como a usina de Santo Antônio (RO).

A Odebrecht S.A. decidiu não incluir os valores devidos nas multas de seus acordos de leniência no processo de recuperação. Em dezembro de 2016, comprometeu-se a pagar R\$ 3,83 bilhões para o Ministério Público Federal no Brasil, para o Departamento de Justiça nos EUA e para a Procuradoria-Geral na Suíça.

Em julho de 2018, outros R\$ 2,72 bilhões foram empenhados com a Controladoria Geral da União e com a Advocacia-Geral da União. Os prazos já são bastante longos, respectivamente, 23 e 22 anos. Ainda assim, a empresa precisa negociar com as autoridades condições mais favoráveis.

18 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Raquel insiste que inquérito contra Aécio vá para Justiça Federal

São Paulo - O Ministério Público Federal recorreu nessa segunda-feira (17) da decisão que determinou o envio para a Justiça Eleitoral, em Minas, das investigações que apuram se o ex-senador e atual deputado federal Aécio Neves (PSDB/MG) recebeu propinas da Construtora Odebrecht. O inquérito foi instaurado em 2017 como consequência de informações fornecidas por quatro executivos da empresa em acordo de delação premiada.

De acordo com os delatores, em 2014, quando o tucano foi candidato a presidente da República, foram feitos dois acertos para o repasse financeiro que, somados, chegam a R\$ 21 milhões - o primeiro foi de R\$ 6 milhões e o segundo de R\$ 15 milhões.

Por entender que "não há indícios de crime eleitoral", a procuradora-geral, Raquel Dodge, defende que o caso seja encaminhado à primeira instância da Justiça Federal.

As informações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria.

No recurso, um agravo regimental enviado ao relator do inquérito no Supremo, Gilmar

Mendes, o Ministério Público Federal resume as informações da fase inicial das investigações afirmando que, "embora os supostos pagamentos indevidos tenham ocorrido durante um período eleitoral, inexistente qualquer elemento probatório indicando que os valores tenham sido efetivamente utilizados para o pagamento de fornecedores de campanha ou para gastos relacionados ao pleito, com posterior ausência de declaração à Justiça Eleitoral".

Destaca que o aspecto eleitoral "aparece apenas na doação feita pela empresa e registrada oficialmente pelo então candidato".

A prestação de contas de Aécio ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou a doação de R\$ 5 milhões pela Odebrecht e outros R\$ 2 milhões da Braskem, que integra o grupo empresarial. O pedido principal no recurso é para que Gilmar reconsidere a decisão ou, de forma subsidiária, envie o recurso para apreciação colegiada da Segunda Turma da Corte.

DEFESA

Aécio nega, por meio de sua defesa, que tenha recebido "vantagens indevidas" da empreiteira.

18 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Por 'isonomia às religiões', MPF dá aval ao passaporte de Edir

Pepita Ortega

Agência Estado

São Paulo - O Ministério Público Federal (MPF) concordou com o recurso da União contra a ordem judicial que suspendeu os passaportes diplomáticos de Edir Macedo e Ester Bezerra, autorizados em abril pelo Ministério das Relações Exteriores. A União contestou a liminar da 11ª Vara Federal do Rio, que ainda em abril acolheu pedido de uma ação popular contra o casal de líderes da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), o ministro Ernesto Araújo e o Ministério - União, nesse caso.

Em parecer ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), o Ministério Público Federal deu razão à tese da União de que o Ministério das Relações Exteriores pode conceder passaporte diplomático a pessoas que, na avaliação do ministro, "devam portá-lo em função do interesse do País" - conforme o Decreto 5 978/2006. O aval se estenderia a companheiros e dependentes.

Ao autorizar o passaporte ao

casal, o ministro alegou que "o titular poderá desempenhar de maneira mais eficiente suas atividades em prol das comunidades brasileiras no exterior" - Portaria MRE nº 12/2019.

Para a União, o Ministério das Relações Exteriores "tem parâmetros objetivos para pautar o ato administrativo e exercer sua discricionariedade" - logo, a liminar teria violado o princípio da separação dos poderes.

Manifestando-se como fis-

cal da lei - custos legis - e não parte, o Ministério Público Federal na 2ª Região (RJ/ES) destacou que, como o Estado brasileiro é lai-

co, deve ser dado tratamento isonômico para diferentes religiões.

Em decisão de efeito provisorio, o desembargador relator do caso no TRF-2 suspendeu os efeitos da liminar da 11ª Vara Federal do Rio até ela ser julgada pela 6ª Turma do Tribunal.

Com a decisão, a portaria do Ministério das Relações Exteriores sobre os passaportes diplomáticos do casal de líderes da Universal teve os efeitos restabelecidos.

União recorreu da ordem judicial que havia suspendido passaportes a Edir Macedo e esposa

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

18 JUN 2019

Prisão precede anistia

○ cronograma do Coletivo Nacional de Advogados pela Democracia é singelo: primeiro a prisão cautelar de Sergio Moro e dos procuradores da Lava Jato, pedido já protocolado, depois, lá na frente, e aí com o empenho de outras forças, certamente também democráticas e progressistas, o ato de catarse – anistia aos infratores do Caixa 2, pois afinal sem eles não há política e sem política não há Estado de Direito Democrático. Decretadas as prisões e produzidos os efeitos jurídicos em anulações de sentenças, não se obteria a paz imaginada por esse agrupamento, já que a justiça teria que examinar, uma a uma, toda a soma de atos praticados inclusive dos acordos em andamento, muitos deles celebrados no exterior.

O Brasil está rachado ao meio e isso desde antes da eleição, justamente em função do ocorrido com o mensalão e, na sequência, o petrolão. Não apenas o lulopetismo, mas toda aquela soma de partidos, montados em nome da governabilidade e apanhados todos à luz do dia no maior saque do erário em qualquer tempo, são o objeto central das investigações e é difícil imaginá-los absolvidos e ditando, como alguns já estão fazendo, regras de moralidade pública.

Valem-se agora dos vazamentos, relativos à troca de informações entre o juiz Sergio Moro e procuradores, como se tivessem esse poder demiúrgico de anular tudo o que foi apurado e que tanto surpreendeu o mundo. Obviamente o fato não tem essa singeleza imaginada no fervor ideológico-doutrinário da disputa. Dá para ver Lula processando os que o trataram como ímprobo, desde que provada sua inocência em mais de dez feitos, posto que a carga contra ele seja apreciável, mas menor do que a expressa contra ex-governadores do Rio como Sergio Cabral e Pezão ou o demolidor Eduardo Cunha, que comandou o impeachment de Dilma Rousseff à frente da Câmara Federal.

IN FORME

Acesso à Justiça

Para esclarecer a comunidade acerca do papel de cada instituição e sobre as diversas “portas de entrada” existentes ao sistema de justiça, o Ministério Público do Paraná, por meio do Núcleo de Atendimento ao Cidadão e às Comunidades, promove na próxima semana segunda-feira (24) o seminário “Acesso à Justiça e Comunidades”. Aberto ao público, mediante inscrição gratuita, o encontro será realizado das 8h30 às 17 horas, na sede da instituição, em Curitiba, e pretende reunir lideranças comunitárias, integrantes de movimentos sociais e organizações não-governamentais, conselheiros tutelares, servidores da administração pública estadual e municipal, moradores das diversas comunidades da capital, estudantes e demais interessados.

Militão

Lista tríplice

Hoje, em Brasília, seja revelada a escolha da lista tríplice, para que o novo procurador geral da República seja escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro.

18 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Em desagravo, Bolsonaro diz que Moro é 'homem símbolo' e que quer mudar o País

Presidente aproveita lançamento de assinatura de MP
que trata da venda e utilização de bens
apreendidos de traficantes para elogiar ministro,
alvo das conversas vazadas pelo site The Intercept

Téo Cury

Agência Estado

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro aproveitou nessa segunda-feira (17) a cerimônia de assinatura da medida provisória que trata da venda e utilização de bens apreendidos de traficantes para elogiar o ministro da Justiça, Sergio Moro. "Um homem símbolo e que quer mudar seu país", afirmou o presidente ao se referir ao ministro Moro.

Ele lembrou que Moro abriu mão de 22 anos de magistratura para compor o seu governo, para seguir sua vontade de "combater o crime organizado, a lavagem de dinheiro e a corrupção". "Não é qualquer pessoa que faz isso pela sua pátria", afirmou Bolsonaro em seguida, completou: "É motivo de honra, satisfação, orgulho, não só para mim, mas todos os brasileiros de bem, tê-lo nessa função em que se encontra."

O presidente destacou o decreto das armas e disse que "quem quer desarmar o povo é quem quer o poder absoluto". "Quero que o povo também tenha direito de legítima defesa."

Bolsonaro disse que, com a MP assinada nesta segunda, o ministro Sergio Moro terá munição para poder de fato ter recursos para combater o crime.

O presidente lembrou ainda do processo de formação do seu ministério e disse que teve liberdade de escolher seus ministros, que falam entre si e conversam com os parlamentares. "Da maneira como está montada os ministérios, todos temos a ganhar. Em especial um dos ministérios mais importantes, o da Justiça."

"Nós queremos o melhor do Brasil. Juntos, nós temos como mudar o destino do Brasil. Não podemos ter problemas entre nós. Uma palavrinha minha esquisita aqui e de vocês (parlamentares) lá, a gente releva e

toca o barco. O Brasil está acima de todos nós. O interesse é o Brasil acima de tudo", disse o presidente da República.

Ao final de sua fala, Bolsonaro afirmou que o ministro Moro "está fazendo mais um gol de bicicleta aqui hoje e do meio do campo".

A Medida Provisória assinada pelo presidente dota a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), de instrumentos legais para dar maior eficiência e racionalidade na gestão de bens apreendidos ou confiscados como produtos de crimes relacionados ao tráfico de drogas.

Os valores arrecadados com a venda dos bens já poderão ser utilizados em políticas públicas antes mesmo do fim do processo judicial. Os Estados também receberão os recursos de forma mais célere para execução de suas políticas públicas.

CONTINUA

18 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Por fim, haverá mais agilidade na alienação de bens com significativa redução dos gastos para a União e os Estados com manutenção de espaços para guarda desses bens, gerando economias que permitirão investir em outras necessidades.

INTERCEPT

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, disse nessa segunda-feira que “é caso de polícia” o ataque de hackers a comunicações pessoais e vazamento de diálogos atribuídos a procuradores da Operação Lava Jato e ao ex-juiz Sergio Moro. Moraes defendeu prisão para os hackers. “A ação (dos hackers) é questão de polícia. Eles devem ser alcançados, devem ser punidos, devem ser presos”, afirmou o ministro, que preside o inquérito das fake news contra o Supremo. “Aqui é uma atividade ilícita”, disse Alexandre.

18 JUN 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Juízes trocados

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) trocou o juiz das varas criminais onde correm duas ações penais contra o ex-governador Beto Richa (PSDB). Uma portaria assinada pelo presidente do TJ, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, no dia 7 de junho, altera os juízes de três subseções criminais. Entre as mudanças, o juiz substituto Fernando Bardelli Silva Fischer deixa a 9ª e a 13ª Vara Criminal de Curitiba, onde correm as ações das operações Quadro Negro e Rádio Patrulha, respectivamente.

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz tem de ser 'independente', afirma Fux

Vinicius Neder / RIO

18 JUN 2019

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux disse ontem que um juiz deve ser “olimpicamente independente”, mas não quis se manifestar sobre diálogos atribuídos entre o ex-juiz e hoje ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e integrantes da Operação Lava Jato. “Devemos ser, em primeiro lugar, independentes, olimpicamente independentes”, disse o ministro, na sessão de abertura de um seminário na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) – cujo tema principal foi o papel e o perfil de juízes e desembargadores.

Fux evitou comentar ao ser questionado se Moro havia sido independente nos processos relacionados à Lava Jato. “Esse caso eu não quero comentar, até porque tenho profundo respeito por esse magistrado (*Sérgio Moro*), e não quero me imiscuir na independência dele, assim como não gostaria que ele comentasse qualquer atividade minha”, afirmou o ministro.

Fux também não respondeu qual o seu posicionamento sobre a possibilidade de provas que podem ter sido obtidas ilegalmente serem usadas para mudar decisões a favor do réu, como nos processos envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Hackers. Também ministro do Supremo, Alexandre de Moraes afirmou ontem que “é caso de polícia” o ataque de hackers a comunicações pessoais e vazamentos de diálogos atribuídos a procuradores da Lava Jato e a Moro. Moraes defendeu prisão para os autores dos ataques.

“A ação (*dos hackers*) é questão de polícia. Eles devem ser alcançados, devem ser punidos, devem ser presos”, disse o ministro, que preside o inquérito que apura fake news contra o Supremo. “Aqui é uma atividade ilícita”, declarou Moraes.

COLABORARAM F.M. e J.A.

19 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Congresso.

Deputados que avaliam propostas encaminhadas pelo ministro Sérgio Moro devem alterar medida que facilita criação e execução das forças-tarefa do Ministério Público

Câmara quer esvaziar papel do MP em pacote anticrime

Renato Onofre | BRASÍLIA

O pacote anticrime do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, será desidratado na Câmara dos Deputados. As medidas, que podem esvaziar os poderes de atuação do Ministério Público e da Polícia Federal, são costuradas pelo grupo de trabalho formado por parlamentares que discutem o tema.

Um dos itens que devem ser alterados é o que facilita a criação e a atuação de forças-tarefa, como a Operação Lava Jato. A proposta de Moro que chegou ao Congresso permitia, por exemplo, o compartilhamento de provas sem autorização judicial. Isso, porém, deve ficar fora do texto. “Não cabe ao MP definir o que deve ou não ser compartilhado pelas forças-tarefa. Isso é papel de juiz”, afirmou o deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), que faz parte do grupo.

A proposta original de Moro também dá poder para a Polícia Federal desmembrar automaticamente suas investigações. A ideia é que os casos que envolvam pessoas com prerrogativa de foro sigam diretamente para os tribunais superiores. Atualmente, essa decisão é tomada pelas instâncias superiores. O grupo de trabalho rejeita a sugestão de Moro.

“A resistência a esses pontos está posta. Tanto no grupo de trabalho quanto no plenário não há clima para dar superpoderes à Polícia Federal ou ao MP”, afirmou o Capitão Augusto, relator da proposta no grupo.

Os parlamentares também resistem em aprovar as modificações no Código Penal. Moro defende que agentes infiltrados

possam induzir um suspeito a cometer um crime. Os deputados também não concordam com a ideia de diminuir a possibilidade de recursos na Justiça, como o uso de embargos infringentes, fartamente usados por advogados em processos.

Parlamentares avaliam que essas medidas de Moro dariam “um cheque em branco” aos investigadores.

Resistências. Desde que chegou ao Congresso, o pacote anticrime de Moro encontra forte resistência de parlamentares não alinhados ao governo. O deputado Capitão Augusto entregou, na última sexta-feira, o seu parecer aos outros nove membros do grupo de trabalho. Apesar de manter, na íntegra, o texto do pacote anticrime de Moro, apresentado em fevereiro, o deputado diz que “20%” dele deve ser alterado. O caminho para isso ainda está em discussão.

O grupo vai se reunir na terça-feira da próxima semana para discutir e votar o relatório final. Após essa etapa, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vai escolher um novo relator para submeter o texto ao plenário da Casa, que pode modificar o texto antes de ir à votação.

Ontem, Maia sugeriu, em entrevista à rádio Jovem Pan, que o governo federal não deu prioridade suficiente ao pacote anticrime. “O governo nunca tratou desse projeto, fora o ministro, fora os discursos. Se o governo tivesse interesse, tinha encaminhado com urgência constitucional. Aí fica fácil, mandar sem a urgência, falar que a prioridade é a reforma da Previdência e depois vir criticar o Parlamento”, afirmou Maia.

O presidente da Câmara disse que vai escolher um relator que se baseie “naquilo que a maioria do grupo pensa, e não só no que pensa um só membro”, em referência à decisão de Capitão Augusto, que manteve a íntegra do texto de Moro. A discussão sobre o pacote anticrime de Moro só deve ir ao plenário da Casa após concluída a votação da reforma da Previdência.

CONTINUA

18 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A proposta tramita no momento em que Moro é alvo de acusações e vazamentos de supostas conversas com procuradores da força-tarefa da Lava Jato. O site The Intercept Brasil divulgou mensagens nas quais acusa o ex-juiz de atuar em conluio com os investigadores.

“Vamos tentar aprovar urgência. De fato, nas próximas duas semanas, temos dificuldade de avançar em qualquer projeto do tamanho do anticrime, porque significaria perder as condições de aprovar a Previdência no primeiro semestre”, disse o presidente da Câmara.

Moro tem enfrentado uma série de reverses à frente da pasta. No Congresso, conta com a simpatia do PSL, partido que cresceu na defesa da Lava Jato. Por outro lado, não são poucas as siglas que querem dar o troco no ex-juiz de Curitiba.

DIVERGÊNCIAS

	Moro	Deputados
Força-tarefa	Propõe regras para a formação de grupos – um dos objetivos é facilitar o compartilhamento de provas, dispensando formalização ou autenticação especiais.	Mantêm a necessidade de autorização judicial para compartilhar provas – sem esse controle, há desequilíbrio entre defesa e acusação.
Agente disfarçado	Prevê a figura do “agente disfarçado”, que pode induzir a um ato ilícito para obter elementos de prova.	Estado não pode “cometer” um crime para tentar provar a culpa de um suspeito.
Foro privilegiado	Investigações continuam nas instâncias de origem e só fatos relativos a quem tem foro “sobem” às instâncias superiores.	Investigação é suspensa e remetida à instância superior, que define onde a apuração deve continuar.
Recursos em tribunal superior	Limita número de recursos, restringindo o instrumento à condenação e não mais a divergências sobre a pena, por exemplo.	A redução de recursos no decorrer do processo pode levar a condenações injustas ou desproporcionais.

'O objetivo claro é libertar Lula e destruir Moro'

Para ex-procurador da Lava Jato, vazamento de diálogos atribuídos ao então juiz é parte de uma 'campanha orquestrada'

*Fausto Macedo
Julia Affonso
Ricardo Brandt*

Ex-integrante da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, o procurador aposentado Carlos Fernando dos Santos Lima disse acreditar que o vazamento de conversas atribuídas ao então juiz Sérgio Moro (hoje ministro da Justiça) e a procuradores da República seja parte de "uma campanha orquestrada" com "objetivo claro" de libertar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso na Lava Jato. Lima atuou na força-tarefa de 2014, quando foi deflagrada a primeira fase da operação, até 2018.

● **O senhor foi alvo dos hackers?**
Eu saí da Lava Jato em setembro de 2018 e deletei todos os grupos de trabalho no Telegram e desinstalei o aplicativo naquele momento. Aparentemente, não fui atacado.

● **O nome do senhor aparece em supostas conversas com Moro (nas quais, segundo o site The Intercept Brasil, o então juiz consulta procuradores sobre resposta ao que chama de "showzinho" da defesa de Lula).** O sr. reconhece esses diálogos?

Desconheço completamente as mensagens citadas, supostamente obtidas por meio reconhecidamente criminoso. Creio que o "órgão jornalístico" (The Intercept Brasil) deve explicação de como teve acesso a esse material de origem criminosa, e quais foram as medidas que tomou para ter certeza de sua veracidade, integridade e ausência de manipulação. A liberdade de imprensa não cobre qualquer participação de jornalistas no crime de violação de sigilo de comunicações.

● **Há riscos para a Lava Jato?**

A Lava Jato provou que a política brasileira se financia com o crime. Usa da corrupção para financiar campanhas eleitorais milionárias, para controlar estruturas partidárias e para os bolsos próprios, naturalmente. Nada disso mudou. As provas continuam aí. A crise é artificial, uma farsa.

● **Há risco de nulidade?**

Não há, juridicamente, a menor possibilidade. Não se pode considerar que notícias de um órgão de imprensa vinculado ideologicamente com os interesses de condenados, sejam consideradas provas de qualquer coisa, salvo da vontade de libertar Lula. Cadê os arquivos? Como foram recebidos? Houve manipulação? É possível fazer perícia? Qual é a participação da Intercept no crime? O material não tem valor. Prova por notícia?

● **Sobre o conteúdo, houve relação ilegal entre juiz e acusação?**
Essa é uma discussão sem sentido. A relação entre juiz e procuradores, delegados e advogados se dá diuturnamente. Questões procedimentais, exposição de pontos de vista e explicação de futuros pedidos são comuns. Somos todos conhecidos, não amigos, de mais de 20 anos. Não há nada de irregular nas conversas. Essa é a prática judiciária. Observo, novamente, que não se pode atestar que essas conversas não tenham sido editadas.

● **Quando o juiz questiona andamento da operação, o método de interrogatório ou combina recebimento de denúncia-crime, não há desequilíbrio entre as partes?**
A questão está sendo tratada com certo fariseísmo. Informar estado de investigações é necessário para explicar pedidos cautelares. O juiz reclamar das partes e de suas decisões acontece direto, inclusive em audiência. Quantas vezes fui conversar com juizes sobre liminares e eles disseram simplesmente: "Nem gaste saliva, doutor, a decisão liminar sai ainda hoje". Isso acontece com a defesa também.

CONTINUA

18 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● Houve conluio entre a força-tarefa e o então juiz Moro no caso das supostas conversas sobre escutas de Lula e Dilma, sobre a informação de transferência de imóveis dos filhos de Lula?

Me parece que houve a comunicação ao Ministério Público de supostos crimes que o juiz teve conhecimento.

● Como recebeu a reação ao conteúdo, como os pedidos de afastamento de Sérgio Moro e do coordenador da força-tarefa em Curitiba, Deltan Dallagnol?

Com incredulidade. Considero que há muitos garantistas de fachada, que se valem de supostas conversas criminosamente obtidas para fazer valer seus interesses. Tudo é cercado de muita hipocrisia. Tudo é dirigido para soltar Lula. Será que o triplex não existiu? Que não houve corrupção na Petrobrás?

● É o mais duro ataque sofrido pela Lava Jato?

É um ataque covarde e criminoso, perpetrado por uma organização criminosa que, valendo-se de um jornalista ideologicamente comprometido e leniente, consegue criar esse falso drama com conversas pinçadas segundo o objetivo claro de libertar Lula.

BEMPARANÁ

ANDRÉ SZESZ

18 JUN 2019

Redução da maioridade penal: um populismo que custa caro

De forma recorrente, o tema da maioridade penal ressurgiu nos debates públicos, seja com o renascimento de proposições de redução da idade mínima para a imputabilidade penal ou acompanhadas de promessas de redução das estatísticas de infrações praticadas por jovens. A mais nova proposição é a do senador Flávio Bolsonaro, que pretende reduzir a maioridade penal para 16 anos como regra geral e para 14 anos em casos de crimes hediondos, tráfico de drogas, associação criminosa, entre outros (alguns sequer especificados).

Todavia, o próprio discurso apresentado pelo senador como justificativa para a proposta já revela os equívocos de suas premissas. De acordo com o senador, os “avanços sociais e tecnológicos das últimas décadas” teriam propiciado “o desenvolvimento precoce de crianças e adolescentes”, o que tornaria obsoleto o marco de 18 anos de idade. Porém, esse argumento, além de carecer de embasamento científico, entra em contraste com sérias pesquisas científicas recentes, que sugerem justamente o oposto. Nesse sentido, e por exemplo, o interessante estudo realizado pelas pesquisadoras J.M. Twenge e H. Park, intitulado “The Decline in Adult Activities Among U.S. Adolescents, 1976-2016”, que demonstra que os jovens estão demorando cada vez mais para amadurecer.

Flávio Bolsonaro também motiva sua proposta no argumento de que adolescentes teriam discernimento sobre seus atos, em especial os praticados com extrema violência e crueldade. Ocorre que o critério de delimitação de idade para a maioridade penal passa longe de ser o mero discernimento. Leva-se em conta, além da capacidade do jovem de compreensão de toda a extensão do significado do ato em sua própria vida e na de terceiros, as consequências sociais de sua inserção no sistema prisional.

O parlamentar alega que a redução da maioridade é tendência a ser adotada em países desenvolvidos. Trata-se de um argumento de mera conveniência (por exemplo, a grande maioria dos países centrais já descriminalizou o aborto consentido, porém, nesse ponto, o senador não parece querer imitá-los), mas incorreto: conforme demonstrou estudo realizado por G. S. A. Hathaway, consultora legislativa da Câmara dos Deputados, intitulado “O Brasil no regime internacional dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens: comparação de parâmetros de Justiça juvenil”, a tendência global é o aumento do limite de idade para a maioridade penal.

Sugere o senador, por último, que a redução da maioridade penal “certamente iria gerar uma diminuição da quantidade de crimes” cometidos pelos jovens. O argumento, além de não conter qualquer embasamento científico, é largamente contrariado por diversas pesquisas empíricas, que indicam justamente o oposto: quanto mais cedo um jovem é inserido em um sistema prisional, maiores são as chances de que se consolide uma carreira criminosa. Sobre esse tema, recomendo a leitura de Irracionalismo e redução da maioridade penal - pequeno texto publicado por M.S. Dieter e L.A. Souza no Boletim nº 271 do Ibccrim.

Em suma, essa proposição de redução da maioridade penal se mostra essencialmente populista, equivocada em suas premissas e inapta a alcançar os fins prometidos. Ela pode até gerar ao senador um ganho político perante seu eleitorado. Porém, se aprovada, essa medida promoveria um agravamento da desigualdade social e um encarceramento em massa de jovens das periferias. Estes, como sempre, os mais diretamente afetados por esse tipo de política punitivista irracional.

André Szesz é advogado e mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra. É professor da Escola de Direito e Ciências Sociais e coordenador da Pós-Graduação em Direito Penal e Processual Penal da Universidade Positivo

18 JUN 2019

BEMPARANÁ

Fux evita comentar fala de Moro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux disse ontem em palestra, que o juiz deve ser “olimpicamente independente”, mas evitou comentar os diálogos entre o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, quando ainda era juiz federal, e integrantes da operação Lava Jato que vazaram e foram publicados pelo site The Intercept Brasil.

“Esse caso eu não quero comentar, até porque tenho profundo respeito por esse magistrado (Moro), e não quero me imiscuir na independência dele, assim como não gostaria que ele comentasse qualquer atividade minha”, afirmou Fux, ao ser questionado, após a palestra, se o atual ministro da Justiça e da Segurança Pública havia sido independente nos processos da Lava Jato.

O ministro também evitou responder qual sua posição sobre a possibilidade de provas que podem ter sido obtidas ilegalmente serem usadas para mudar decisões a favor do réu, como nos processos envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

18 JUN 2019

METRO

Aécio. MPF Quer processo na Justiça Federal

O MPF (Ministério Público Federal) recorreu ontem da decisão que determinou o envio para a Justiça Eleitoral, em Minas, de investigações que apuram se o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) recebeu propinas da Odebrecht.

O inquérito se baseia em informações de delação premiada de executivos da empresa, que disseram que houve repasse de R\$ 21 milhões em 2014, quando o tucano foi candidato à Presidência.

O advogado Alberto Zacharias Toron, que defende Aécio, disse ontem em nota que “depois de três anos de investigações nenhuma irregularidade foi apontada envolvendo” Aécio.

Justiça libera leilão de ativos da Avianca

O Colegiado de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo autorizou ontem que a Avianca Brasil prossiga com o leilão de venda de seus ativos, que podem incluir os cobijados direitos de pousos e decolagens de aeroportos (slots).

O leilão foi originalmente programado para o início de maio, mas suspenso após uma liminar. As duas maiores companhias aéreas do país, a Latam e a Gol, devem participar do leilão. ©METRO